



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO

6º Concurso de Ingresso à Magistratura

Prova Prática

As respostas deverão ser fundamentadas, com a indicação, sempre que possível, dos dispositivos legais aplicáveis.

1) Um empregado, ligado a um grupo de empresas de caráter multi-nacional, trabalhou cinco anos em Caracas e cinco anos em Bogotá, sendo, em seguida, transferido para o Brasil, onde optou pelo regime do FGTS, depois de três meses de sua chegada. Ao cabo de cinco anos da mesma data, foi injustificadamente despedido. Considerando-se que recebeu indenizações por tempo de serviço ao deixar respectivamente a Venezuela e a Colômbia, verbas estas que lhe foram pagas de acordo com as legislações dos referidos países, pergunta-se: a) possui estabilidade? b) faz jus ao recebimento de indenização de tempo de serviço? c) no caso positivo, a quantos períodos deverá esta corresponder?

2) Um determinado reclamante trabalhou cinco anos na Itália, na condição de empregado, até que foi mandado para uma filial da empresa italiana, no Brasil, assumindo, desde a sua chegada, a condição de Diretor eleito por assembléia de acionistas. Deixando de ser reeleito ao cabo de cinco anos, pergunta-se: a) encontra-se à margem da legislação trabalhista brasileira? b) pode pleitear reintegração? c) faz jus ao recebimento de indenização?

3) Um empregado estavel, acusado de atentar contra a vida do empregador, ficou dois meses foragido, findos os quais reapresentou-se para trabalhar. Recusado o seu reingresso, pleiteou, em juízo, reintegração no emprego. Em resposta, formulou a empresa inquérito, sob a forma de reconvenção, com fundamento nas alíneas "i" e "k" do art. 482, da CLT. Qual deverá ser o desfecho das demandas?

4) Um servidor de empresa pública argentina, destinada ao exercício de atividades econômicas, com cinco anos de trabalho no país vizinho e oito no Brasil, sendo aqui injustificadamente despedido por ato de superior hierárquico, a que direitos faz jus: a) pode pleitear aqui a realização de seus direitos? b) no caso positivo, perante a Justiça comum, a Justiça Federal ou a Justiça do Trabalho? c) no caso de se lhe aplicar a legislação trabalhista brasileira, terá direito à reintegração no emprego, ao recebimento de indenização ou a nenhuma das apontadas vantagens?

5) O Sindicato das Empresas de Publicidade de São Paulo ajuizou dissídio coletivo de natureza jurídica, visando a declaração de que suas representadas não estavam obrigadas a pagar trinta dias de férias aos empregados cujos respectivos períodos aquisitivos houvessem se completado antes do advento do decr. lei 1.535, de 13 de abril de 1977. É cabível o dissídio e, no caso positivo, deve ser acolhido?



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

fs.2

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO

6) Turma de TRT, apreciando recurso ordinário, acolhe preliminar de cerceamento de defesa, levantada pelo vencido. Pode a parte vencedora na primeira instância recorrer de revista para uma das Turmas do TST?

7) "A", cessionário de "B" (reclamante-vencedor), ingressa com execução trabalhista contra "C" (reclamado-vencido). Este, seguro o juízo, embarga a execução, arguindo preliminarmente ilegitimidade de parte, pois que "B" mantinha relação empregatícia com "C", o que não ocorre com "A", não obstante a cessão do crédito resultante da sentença condenatória. O juiz singular acolhe a defesa do réu condenado. Mas "A", inconformado, agrava de petição tempestivamente. Pergunta-se: deve a Turma do TRT, para que for distribuído o apelo, prover o agravo, determinando o prosseguimento da execução?

8) Dois trabalhadores são simultaneamente despedidos por se desentenderem no serviço, em horário de trabalho. Um dos desafetos, na ocasião, ameaça o outro de morte. Este último move reclamação trabalhista, no curso de cuja instrução, é realmente assassinado pelo ex-colega. Pergunta-se: deve o homicídio influir no julgamento da causa, no sentido de convencer o órgão julgador de que realmente o homicida teria sido o culpado do desentendimento?

9) Qual o recurso cabível de despacho definitivo de Presidente de TRT em execução de sentença nos autos de mandado de segurança da competência originária do pleno do mesmo Tribunal?

10) Empregado que, em razão de acidente do trabalho, fica parcialmente incapaz, pode ser aproveitado pela empregadora em outra função e com salário inferior ao que recebia no cargo original?